

Introdução

O objeto de minha pesquisa são os conceitos de crise, transição e democracia na *Revista de Cultura Contemporânea* ou, como passou a ser chamada a partir da terceira publicação, *Revista de Cultura & Política*, publicada no final dos anos de 1970. A análise desses conceitos permite interpretar a participação dos intelectuais envolvidos na Revista no chamado processo de Abertura política brasileira. Do ponto de vista teórico, parte-se do pressuposto de que os conceitos de uma maneira geral, e os selecionados em particular, têm peso importante na construção de uma realidade histórica qualquer – no caso, a que se configura no mundo político brasileiro na virada da década de 1970 para a de 1980.

As marcações cronológicas que delimitam a publicação da revista coincidem com um momento de importante inflexão no processo de Abertura. Originalmente orquestrada pelo regime militar sob a designação de distensão política, a Abertura, no final da década de 1970, incorporou em seu processo diversos grupos sociais que reivindicavam para si a responsabilidade pelo rumo político do país. É nesse momento em que se inscreve a Revista e o seu período de publicação sugere um recorte cronológico interessante.

Seu primeiro número é de 1978, um ano após a fundação do CEDEC, em 1977. Foi neste ano que o general Sylvio Frota foi exonerado e o Pacote de Abril decretado após último fechamento do Congresso Nacional, ou seja, um momento em que o projeto de Abertura, liderado pelo grupo organizado em torno da liderança de Ernesto Geisel, se fortalece ao neutralizar adversários de dentro e de fora do regime. A data de publicação do último número da Revista é de 1982, quando a oposição parlamentar obtém significativas vitórias e quando a sociedade brasileira se caracterizava por um clima de mobilização popular e, de diversas formas, se organizava em movimentos favoráveis ao estabelecimento de um regime democrático.

A relevância do trabalho está em perceber de que forma os conceitos políticos usados pelos intelectuais engajados em debates e seminários organizados

pelo instituto podem ajudar a compreender a experiência histórica desse momento da política brasileira. Para tanto, a abordagem teórico-metodológica utilizada no trabalho se baseia na história dos conceitos tal como formulada pelo historiador alemão Reinhart Koselleck. Segundo a referida formulação teórica, a dimensão da linguagem, por um lado, e a da realidade não apreendida por meio da última, por outro, se relacionam de forma tensa na conformação da experiência humana; de modo que o reino da dogmata, ou a esfera conceitual do mundo, deve ser tido como parte constituinte da realidade histórica.

O corolário da tensa relação entre ambas as esferas é o caráter complexo da realidade histórica, uma vez que os conceitos políticos e sociais centrais na conformação de dada experiência são fundamentalmente marcados por uma polissemia que deriva do acúmulo de usos que de deles já foi feito e da importância que os mesmos detêm na estruturação de uma dada sociedade. Logo, a análise diacrônica dos conceitos ganha relevância por realçar como diversas experiências presentes na realidade conceitual se relacionam em determinada sincronia; ou seja, como diversos estratos de tempo compõem a experiência histórica, que em uma primeira vista parece se restringir ao contexto sincrônico.

Nesse sentido, cabe a pergunta: os conceitos manipulados na revista publicada pelo CEDEC estão em diálogo com que narrativas históricas? Que outras experiências já se articularam por meio dessas mesmas narrativas? Como são incorporadas no tempo em questão? Ou, sobre que experiências acumuladas os conceitos políticos de crise, transição e democracia adquirem consistência e legitimidade social?

Cabe, neste ponto, fazer uma breve reflexão sobre o conceito mesmo de experiência. Walter Benjamin distingue, no seu artigo *Experiência e Pobreza*¹, dois conceitos de experiência, cuja distinção entre si é relevante por permitir uma análise da moderna cultura ocidental. A ambigüidade do referido conceito é utilizada pelo autor para contrapor o que seriam duas formas de experiência. Em seu primeiro significado, a experiência surge como um conhecimento que se acumula e pode ser repassado, ao passo que no segundo, refere-se mais ao acontecimento em si, sendo passível apenas de descrição e não de uma formulação

¹ BEJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. IN: _____. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Obras Escolhidas, V. 1. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

narrativa. A experiência enquanto aprendizado requer a narrativa e requer uma capacidade de diálogo entre interlocutores distantes entre si do ponto de vista temporal. Esse tipo de relação com o tempo é algo que, segundo Benjamin, não estaria mais disponível no mundo contemporâneo.

A relação entre narração e experiência esclarece-se quando o autor constrói os dois tipos ideais de narradores que existem na cultura ocidental: o camponês e o comerciante. O primeiro narra o que lhe foi passado pelos pais, de modo que a narração permite o aprendizado a partir do acúmulo de conhecimento ao longo do tempo. O comerciante, por sua vez, traz o conhecimento a partir de seus deslocamentos no espaço, em contato com culturas diferentes. A experiência, nesses casos, não é apenas o acontecimento, mas também o modo como determinados acontecimentos são organizados por um indivíduo e transformados, dessa forma, em conhecimento. A narrativa é em si a experiência e somente nessa forma ela pode ser transmitida a terceiros que não tiveram participação em sua formulação original. Por outro lado, é a própria transmissão que permite que a experiência se acumule e ganhe uma complexidade que supera a percepção imediata – ou não-mediada - de determinado acontecimento.

O papel da narrativa é tão importante para Benjamin que passa a ver o conselho não é uma recomendação acerca do que é certo ou errado, mas uma sugestão para a continuação de uma narrativa posta àquele que dá o conselho e cujo fim permanece em aberto. Assim, a pobreza da experiência contemporânea deriva, para o autor, da impossibilidade de relacionar os acontecimentos presentes a uma narrativa que lhe confira sentido. Eles só podem ser descritos. Dessa forma, resumem-se ao momento concreto em que o evento se dá, não podendo carregar consigo um significado que só seria possível por meio da narrativa. Esta, por sua vez, permitiria à experiência exprimir diversos estratos de tempo que teriam justamente na narrativa sua organização.

Apesar das inúmeras possibilidades de desdobramento do debate proposto por Benjamin, para os fins deste trabalho cabe demarcar somente a dualidade de significado da palavra experiência e de suas respectivas implicações. A experiência, para Benjamin, não se refere apenas ao imediato, mas é também um modo de adquirir conhecimento, cujo processo de construção, por sua vez, para ser possível, confere significado ao conjunto de acontecimentos em questão. Dessa forma, os acontecimentos, tais como transmitidos, só existem a partir do

momento em que são organizados em uma narrativa. A experiência é tanto o acontecimento como a interpretação que dele se faz.

Reinhart Koselleck² também se utiliza dessa dualidade do conceito de experiência para elaborar uma série de categorias com o intuito de construir uma metodologia histórica. Ou seja, Koselleck reflete sobre o conceito de experiência para criar categorias que lidem com a experiência humana no mundo e que podem desse modo ajudar o historiador a perceber as diferentes formas de construção de experiências históricas no passado e em sua própria escrita.

O autor resume a dualidade do conceito de experiência em uma tensão constante que deve ser levada em conta pelo historiador. Ao fazer uma pequena história do mencionado conceito, Koselleck mostra que experiência já significou tanto a reflexão sobre a realidade com o intuito de criar conhecimento como a realidade em si. É uma característica dos tempos modernos que o conceito carregue ambos os significados, em uma trajetória semelhante ao do conceito de História, que desde o século XIX designa tanto a realidade histórica quanto a escrita que se faz sobre essa realidade³. Ambas as dimensões, a *pragmata* e a *dogmata*⁴, a realidade não elaborada na linguagem e a linguagem em si; coexistem de forma complementar e tensa, pois uma nunca pode ser integralmente inferida da outra. Koselleck caracteriza esse fenômeno como a unidade da história.

Dessa preliminar semântica o autor constrói três modos de experiência do ser humano. Em primeiro lugar, há a experiência da surpresa, ou seja, a experiência em que o acontecimento leva a narrativa a uma ruptura. Em segundo, a experiência recorrente que se acumula e torna a surpresa cada vez mais rara. É interessante notar que a experiência de acumulação é delimitada pelo autor como própria de uma geração. Há, por último, a experiência de longo prazo que supera o espaço de tempo de uma geração e torna-se de difícil percepção, embora seja parte fundamental da experiência, e sem o qual seria impossível tanto qualquer tentativa de diálogo com narrativas passadas como a existência mesmo de uma tradição.

Esses modos de experiência são organizados, respectivamente, em estruturas temporais de curto, médio e longo prazo, que convivem

² KOSELLECK, Reinhart. **Los Estratos del Tiempo**: estudios sobre la historia. Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.

³ _____. **Futuro Passado dos Tempos Históricos**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Contraponto, 2006.

⁴ Ibid.

simultaneamente conformando uma realidade histórica complexa do ponto de vista temporal. Koselleck usa a imagem de estratos de tempo para apreender a referida complexidade. Para lidar com tal realidade histórica (em seu sentido de unidade), o homem precisa manejar diferentes tipos de escrita histórica. Koselleck menciona o registro histórico, a continuação de uma escrita, e a re-escrita da história. A forma como o homem apreende esses modos de experiência são em si também experiências, em seu sentido de narrativa, e conferem um sentido à complexa estrutura da experiência histórica.

O registro histórico, que documenta o acontecimento, procura fazê-lo realçando sua singularidade. Essa forma de escrita, referente à forma de experiência da surpresa, tende a ser acompanhada por uma forte tentativa de explicação por parte do homem à medida que este procura transformar a surpresa em uma experiência previsível, ou seja, que tenha laços de causa e efeito que expliquem como aquele acontecimento tornou-se possível. A partir desse esforço de elaboração narrativa, a surpresa deixa de ser surpresa e passa a se acumular por meio de repetições, até que uma nova surpresa rompa as expectativas derivadas da experiência adquirida - o que Koselleck denomina como *minimum* temporal - e uma nova narrativa surja para explicar a surpresa. Esse movimento dá origem a re-escrita da história e, ao mesmo tempo, torna claro que a narrativa é em si parte da experiência originada do acontecimento relatado e pode ser, portanto, repensado sob uma nova perspectiva. A narrativa não é um simples relato do ocorrido, mas uma parte constitutiva da experiência que pode ser revista a partir de uma nova experiência.

Pode-se deduzir desse raciocínio que uma longa seqüência de surpresas torna inviável a elaboração de uma narrativa, pois fazer prevalecer a contingência sobre a explicação causal. Nesse ponto, é importante trabalhar com um elemento de grande importância na análise dos significados carregados por um conceito: sua dimensão temporal. A tese desenvolvida por Koselleck, apresentada em seu livro *O Futuro Passado*⁵, considera que a partir do período de revoluções, que caracterizou tanto o século XVIII como o XIX, opera-se uma mudança na forma do homem de experimentar o tempo. A percepção de uma grande distância entre o passado, presente e o futuro impede a construção de experiências tais como havia

⁵ Ibid. P. 12

ocorrido até então; ou seja, de maneira semelhante ao primeiro significado proposto por Walter Benjamin para o conceito de experiência, aquele que só se realiza por meio da narrativa dos acontecimentos.

Koselleck, no entanto, ao invés de afirmar que essa forma de experiência torna-se inviável com a sensação de aceleração do tempo, afirma que a própria narrativa sofre em si modificações que lhe permite adaptar-se aos novos tempos. Koselleck propõe, então, duas categorias para compreender essa mudança na linguagem que, aliás, fundamenta também o moderno conceito de História. São as categorias de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas*. O descolamento entre o espaço de experiência articulado na linguagem e aquilo que se espera no futuro não impede a formulação narrativa, mas opera nela transformações que a fazem lidar com um tempo crescentemente acelerado. Os conceitos passam, então, a apreender uma experiência em que o presente é sempre transitório, fugaz. A narrativa se reorganiza e conforma uma experiência de tempo que Koselleck dirá ser própria dos tempos modernos.

A complexa relação entre estruturas temporais componentes da experiência humana impede que qualquer experiência seja puramente sincrônica ou diacrônica. Ao mesmo tempo em que uma experiência não pode ser completamente deduzida de seu passado, ela carrega componentes de médio e longo prazo que, ao serem rompidas, tornam possível a experiência da surpresa presente. Nesse sentido, cabe destacar a relevância da análise dos diversos significados acumulados por um conceito ao longo do tempo na conformação de uma experiência sincrônica.

Tanto a *semasiologia*, que estuda os diversos significados atribuídos a um mesmo conceito, como a *onomasiologia*, que procura entender a articulação de diversos conceitos para apreender um mesmo fenômeno; são relevantes para a abordagem pretendida pela história dos conceitos. O primeiro método tende a capturar significados diversos acumulados durante a história, ao passo que o segundo surge de tentativas de capturar fenômenos sociais e políticos ainda não plenamente significados e que, portanto, possuem ainda o atributo da surpresa.

A Abertura política pela qual passou o país a partir da década de 1970 não é, portanto, um acontecimento por si só. A narrativa e a forma como foi apreendida é parte fundamental da referida experiência. A relação entre linguagem e realidade perceptível origina uma complexa interação entre estratos de tempo que permeiam

a experiência. A linguagem é constitutiva dessa complexidade ao mesmo tempo em que permite ao homem lidar, de alguma forma, com a mesma, procurando organizar as surpresas em narrativas plausíveis que confirmam um sentido a sua ação no mundo.

A história dos conceitos, tal como proposta por Reinhart Koselleck, se pauta nesses pressupostos da experiência histórica humana. É somente nesse sentido, de complexa relação entre a *pragmata* e a *dogmata*, que uma análise dos conceitos de época permite uma melhor compreensão das experiências vividas, incluindo aí a forma como esses conceitos permitem organizar os diversos estratos de tempo próprios da experiência histórica. A complexidade dessa experiência deriva tanto da presença nesta de diversos estratos de tempo como do esforço narrativo realizado para se lidar com tal diversidade. Logo, os conceitos políticos conferem sentido à determinada gama de acontecimentos e os organizam, de tal modo que passam, em si, a constituir parte da experiência histórica.

Os artigos e debates presentes na *Revista de Cultura & Política* são, a partir do que foi posto, uma rica possibilidade de análise histórica. Por serem resultado de uma ação motivada pela necessidade de uma nova reflexão que possibilite o engajamento político dos intelectuais envolvidos no CEDEC, os conceitos neles presentes possibilitam uma análise que procure os diferentes estratos de tempo que compõem a experiência da luta por um regime democrático, ajudando a compreender, portanto, as condições de luta e o significado dessa democracia.

Assim, a pergunta “o que é o CEDEC?” adquire profundidade. A narrativa construída no CEDEC insere-se em uma narrativa que começa a ser construída antes da fundação do próprio instituto, principalmente no CEBRAP. Este foi inaugurado em 1969, por professores que, em sua maioria, eram ligados à tradição intelectual da Escola Livre de Sociologia e Política⁶, que, nos anos de 1950, representada principalmente pelo sociólogo Florestan Fernandes, realizou pesadas críticas à sociologia praticada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, ao acusarem este de realizar uma produção acadêmica de cunho nacionalista e submetida aos interesses do regime republicano inaugurado em 1946⁷.

⁶ MICELI, Sergio. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. IN: Sergio MICELI (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v.1. São Paulo: Vertice, 1989.

⁷ Cf. SORJ, Bernardo. **A Construção Intelectual do Brasil**: da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001; VIANNA, Luiz Werneck. **A Revolução Passiva no Brasil**: iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004;

O CEBRAP, nesse sentido, foi uma atualização dessas críticas, promovida por uma nova geração de intelectuais da qual podemos destacar autores como Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Octávio Ianni, Francisco de Oliveira, dentre outros, sob o condicionante da experiência do golpe de 1964, que conferiu legitimidade à narrativa que enxergava o regime de 1946 sob uma perspectiva crítica.

A importância do CEBRAP para esta pesquisa não se resume ao rompimento que deu origem ao segundo instituto, mas também por ter sido ele que, desde o final dos anos de 1960, condensou debates acadêmicos e políticos que organizaram uma narrativa que precisa ser analisada para que o contexto lingüístico, no qual os debates promovidos pelo CEDEC estavam inseridos, possa ser compreendido. Ou seja, a experiência de fundação desse instituto é também composta por estruturas temporais de médio e de longo prazo que devem ser investigados.

A saída de intelectuais do CEBRAP com o intuito de fundar o CEDEC não significou uma ruptura acadêmica, mas deriva da percepção de que o final da década de 1970 já experimenta uma realidade distinta da que motivou a fundação do primeiro⁸. Essa nova realidade é marcada, fundamentalmente, pela modernização da economia brasileira, cujo símbolo é a capital paulista, e pelo contexto político da Abertura. A essa nova experiência, o CEDEC procura significar a partir da narrativa que foi forjada no contexto lingüístico do CEBRAP. A narrativa se atualiza na atuação desses intelectuais em uma nova realidade política e social, e segue os propósitos e as condições dessa mesma atuação.

Dessa forma, a revista do instituto publica artigos que, em primeiro lugar, analisam o Brasil moderno que emerge junto com o regime militar; reforçam a narrativa histórica crítica ao regime de 1946, compreendido como um regime populista; e, sobre as bases estabelecidas nos dois primeiros pontos, pensam a crise e a transição da política brasileira no final dos anos de 1970.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990; MAIA, João Marcelo Ehrlet. **A História de um Conceito:** populismo no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ. Mimeo. Dissertação defendida em 2001.

⁸ SORJ, Bernardo. **A Construção Intelectual do Brasil:** da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Segundo o autor, pela mesma razão o próprio CEBRAP criaria a revista *Novos Estudos*, de caráter distinto dos cadernos anteriormente publicados.

A fundação do CEDEC é uma dentre outras tentativas de lidar com essa nova experiência, marcada pela transição política. Boa parte dos intelectuais desse instituto se filiará ao Partido dos Trabalhadores, onde Francisco Weffort assumirá, nos anos de 1980, o cargo de secretário geral. Diferente, no entanto, foi a opção de Fernando Henrique Cardoso, que se tornará senador do estado de São Paulo em 1982, pelo PMDB, ao ocupar a vaga deixada por Franco Montoro, que por sua vez se tornaria, então, governador do estado paulista. O aparato conceitual presente na Revista é uma forma de se lidar com o crescente engajamento político desses intelectuais.

A hipótese da dissertação, portanto, é a de que a Revista compõe um contexto em que ocorre uma inflexão na narrativa do CEBRAP, caracterizada pela centralidade que o conceito de democracia passa a adquirir devido à necessidade de ação política que moveu os intelectuais do final dos anos de 1970 após um longo processo de crítica ao conceito de desenvolvimento, que por sua vez era central na ação política dos intelectuais e das forças nacionalistas dos anos de 1950 e início dos anos de 1960. A narrativa que está presente na Revista herda dessa crítica a imagem que sobre a qual concebe seu lugar de fala e o horizonte democrático que orienta suas ações. A forma como organiza essa herança, permite que defendam uma atuação crítica à Abertura pactuada, tal como havia sido proposta pelo regime e incorporada por setores da oposição. Por outro lado, essa herança distancia esses intelectuais, ao mesmo tempo do regime militar e das forças políticas oriundas da República de 1946, como o era o trabalhismo.

A dissertação está organizada em duas partes, cada uma composta por dois capítulos. A primeira tem por objetivo analisar dois momentos da geração intelectual que se consolida no CEBRAP, e cujas discussões terão um importante peso nos debates do CEDEC. Dentro da primeira parte, o primeiro capítulo tem por objetivo analisar importantes obras de dois autores, Francisco Corrêa Weffort e Octávio Ianni, que posteriormente viriam a fundar o CEBRAP, e localizá-los no contexto acadêmico da Escola Paulista. A importância dessas obras reside na perspectiva crítica na qual iriam enxergar o nacionalismo e o passado político recente do país, construindo, desse modo, seu próprio lugar de fala. O segundo capítulo, por sua vez, terá como eixo a análise do conceito de desenvolvimento tal como formulado no ambiente do CEBRAP, no início da década de 1970, em

especial nas obras de Francisco de Oliveira e Fernando Henrique Cardoso, e pensar sua relação com o conceito de democracia e autoritarismo.

A segunda parte irá analisar a Revista propriamente dita, configurando um terceiro momento dessa geração, marcado principalmente pela sua participação na Abertura política. O terceiro capítulo analisa os conceitos de crise e democracia discutidos na revista que, embora próprios da imagem de um Brasil contemporâneo, são também herdeiros de uma narrativa elaborada ao longo da década de 1960. Com ambos os conceitos, a Revista traça um panorama do momento político diverso daquele pretendido pela idéia de distensão política forjada pelo governo. O quarto capítulo tem por objeto as discussões em torno da transição política e a narrativa que orienta a ação política nesse contexto, assim como os limites que a herança intelectual impõe a essa mesma ação política.

A segunda parte da dissertação, dessa forma, analisa de que maneira o discurso do primeiro e do segundo momentos são incorporados na experiência política da Abertura, principalmente entre os anos de 1978 e 1982, período em que foi publicada a Revista e que comporta importantes acontecimentos do processo de redemocratização do Brasil, do quais podemos destacar as eleições de 1978 e de 1982, a onda de greves no ABC paulista, o fim do AI-5 e a Anistia política.